

## FINANCIAMENTO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO/RJ NOS ANOS 2010, 2011 E 2012

Márcia Lucas de Oliveira <sup>1</sup>  
Lúcia Velloso Maurício <sup>2</sup>

### RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo geral: analisar a utilização dos recursos financeiros recebidos por meio do PDDE/ Educação Integral/ PME no período de 2010 a 2012, em três escolas do município de São Gonçalo no estado do Rio de Janeiro, período este em que o programa abrangia quase que a totalidade das escolas da rede municipal de ensino, assim como também foi o período de maior investimento de recursos enviados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Realizamos pesquisa qualitativa, baseada na concepção de educação integral de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro. Como meio de investigação realizamos pesquisa de campo em 03 escolas municipais que executaram o programa Mais Educação, no período em questão. Utilizamos como fundamentação teórica os estudos de Ana Cavaliere (2009), Lúcia Velloso Maurício (2009), Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), Lígia Martha Coelho (2009), Clarice Nunes (2010), Jaqueline Moll (2012), Janaina Menezes (2017), Nicholas Davies (2012) e Cury (2008). Analisamos documentos oficiais e legislações sobre a implementação e utilização dos recursos do programa disponibilizados pelo MEC e FNDE. Tabulamos e categorizamos a prestação de contas de cada escola, conferindo notas fiscais, realizamos entrevista semiestruturada. A pesquisa nos possibilitou perceber que a situação estrutural e financeira em que se encontravam as escolas levou os diretores a utilizarem os recursos destinados ao programa em ações necessárias ao funcionamento da escola como um todo, o que possivelmente resultou em modificações na execução do programa conforme previsto nas resoluções do FNDE.

**Palavras-chave:** Programa Mais Educação, Financiamento da Educação, PDDE/Educação Integral/Município de São Gonçalo.

---

1 Mestra pelo Curso de Mestrado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Faculdade de Formação de Professores – UERJ/FFP, [marcia.marcioquesta@gmail.com](mailto:marcia.marcioquesta@gmail.com);

2 Professora Orientadora: Doutora, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, [luciavelloso.uerj@gmail.com](mailto:luciavelloso.uerj@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

A construção do direito à educação no Brasil, deu-se de forma não linear e sob influência de diversos interesses, dentre eles os interesses da sociedade civil organizada, dos interesses do capital e também dos interesses dos órgãos financeiros internacionais. Neste sentido não se trata de um direito concedido pelas elites ou pelo Estado, mas um direito conquistado por mobilização da sociedade civil, que vem se empenhando pela construção de uma sociedade menos desigual, questionando a lógica do Estado e do mercado.

Neste percurso histórico, destacaram-se importantes educadores por sua participação na esfera da sociedade civil e também na esfera do Estado. Dentre eles, estão Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, que sempre enfatizaram a necessidade de reestruturação da escola com vistas não só à ampliação do número de vagas, mas ações capazes de gerar significativa mudança nas práticas com vistas à formação integral do aluno; o que tornava necessário uma escola de tempo integral. Ambos educadores são ícones de experiências em educação integral em tempo integral.

Recentemente o Programa Mais Educação (PME) foi formulado pelo governo federal para a oferta de Educação Integral em tempo integral. Sua formulação se deu na busca pela garantia de direitos dos alunos a uma educação de qualidade e das exigências relativas ao cumprimento do plano Nacional de Educação de 2001, que estabelece na meta 21 a ampliação progressiva da jornada escolar num período mínimo de sete horas diárias com professores e funcionários suficientes. Sua finalidade é de fomentar a educação integral em tempo integral por meio do financiamento de oficinas específicas.

Este programa foi criado pela Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007), regulamentado pelo Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010 (BRASIL, 2010). O valor utilizado para a execução do Programa representa quantia vultosa para o governo federal, pois conforme dados documentais enviados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), apenas para a cidade de São Gonçalo foram repassados nos anos de 2010, 2011, e 2012, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola- PDDE/ Educação Integral, aproximadamente R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais). Além destes recursos, os entes federados também colaboram, a título de contrapartida, com o pagamento de coordenadores do programa, bem como de pequenas despesas oriundas da ampliação do tempo de permanência dos alunos na escola tais como: despesas com energia

elétrica, água e manutenção de equipamentos que são de responsabilidade de cada estado ou município que o executa.

Considerando os objetivos do programa, os valores recebidos e a necessidade de análise do uso de recursos enviados pelo FNDE com vistas a contribuir para seu aperfeiçoamento no âmbito municipal, esta pesquisa pautou-se nas seguintes questões de estudo: como foram utilizados os recursos financeiros do Programa Mais Educação na cidade de São Gonçalo, os quais contavam com as orientações definidas pelo FNDE? Como se deu a apropriação das escolas dos critérios de utilização dos recursos definidos pelo FNDE?

Assim, a pesquisa teve como objeto de estudo a investigação do financiamento do Programa Mais Educação nos anos de 2010, 2011 e 2012 no município de São Gonçalo. Seu objetivo geral foi analisar a utilização dos recursos financeiros recebidos por meio do PDDE/ Educação Integral/ PME no período de 2010 a 2012, em três escolas do município de São Gonçalo no estado do Rio de Janeiro. Seus objetivos específicos foram: analisar a relação entre as oficinas selecionadas e a utilização dos recursos financeiros envolvidos; levantar as fontes dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do Programa Mais Educação, em 03 escolas do município de São Gonçalo no estado do Rio de Janeiro, no período de 2010, 2011 e 2012; bem como verificar a existência de acompanhamento e controle dos recursos do PME no âmbito do município no período de 2010, 2011 e 2012.

Considerando que a potencialização de uma política pública está necessariamente ligada a mecanismo de avaliação de sua execução, esta pesquisa se justifica podendo colaborar para que práticas gestoras mais adequadas à execução de programas de forma que os mesmos possam atingir seus objetivos propostos.

## **METODOLOGIA**

Tendo em vista os objetivos propostos e a natureza do objeto de estudo, realizamos uma pesquisa qualitativa, por meio de pesquisa de campo, realizada em 03 escolas municipais que executaram o programa Mais Educação no período de 2010 a 2012. Considerou-se na escolha deste período o fato de o programa ter sido plenamente executado em todas as escolas municipais, visto que a partir daí houve um retrocesso na execução do Programa por redução de repasse de verbas do governo federal e pelo fato dos maiores recursos financeiros enviados para o município estarem neste período de 2010 a 2012.

A pesquisa foi realizada em três escolas: Escola Municipal A (E.M.A), localizada no 4º distrito, E.M.B, localizada no 3º distrito e E.M.C, localizada no 2º Distrito. Utilizamos como

critério de escolha, o fato de as mesmas estarem entre as sete escolas que executaram o programa num período de nove anos ininterruptos desde a sua implementação em 2008.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os coordenadores do programa dos períodos pesquisados, cujas análises foram feitas por tematização de conteúdos

. Realizou-se também análise documental minuciosa das prestações de contas referente à execução do programa, por meio das planilhas e notas fiscais. Analisamos, se nas prestações de contas apareciam todos os recursos utilizados para cada oficina e se estes recursos foram utilizados de acordo com orientações do FNDE.

Para subsidiar a análise, foram utilizados documentos federais, tais como os editais e manuais técnicos emanados do FNDE e do MEC publicados nos anos a que se refere esta pesquisa. Dados estatísticos foram solicitados à coordenação de estatística da Secretaria Municipal de Educação para compor a pesquisa. Foram realizadas visitas ao Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (CACS Fundeb), no intuito de averiguar de que forma este conselho fiscaliza as verbas provenientes do Fundeb. Além destas fontes de consulta também solicitamos ao FNDE informações pertinentes à pesquisa, nas quais sempre fomos atendidas.

## **DESENVOLVIMENTO**

Mesmo reconhecendo o amplo conceito de educação, em um sentido muito estrito, a educação também pode ser considerada um processo formal, por meio do qual o acesso à instrução em instituições de ensino possibilita às pessoas o desenvolvimento de suas capacidades que fora do espaço escolar dificilmente aconteceria.

Este sentido estrito de educação que se fez muito presente no âmbito da educação formal brasileira, atualmente vem sendo alargado pelo conceito de educação integral por meio do qual se busca a construção de novas práticas, que venham a colaborar para o desenvolvimento das pessoas em seus múltiplos aspectos.

Por outro lado, é preciso considerar que a educação integral exige práticas diversas, que se desenvolverão dentro e fora do ambiente escolar por meio de ações planejadas e desenvolvidas. Entretanto, educação integral em tempo integral tem uma amplitude muito maior do que o simples fato de oferecer uma variedade de atividades para preencher o tempo das crianças na escola, é preciso que essas atividades estejam voltadas para a formação dos alunos em todos os seus aspectos do desenvolvimento por meio de atividades voltadas para

sua formação integral. Este princípio da educação integral deve estar presente no Projeto Político Pedagógico das escolas em tempo integral, sendo operacionalizado por meio da ampliação da jornada escolar que ofereça atividades que venham a atingir os objetivos da formação integral do aluno, oportunizando vivências de experiências múltiplas que superem a padronização presente nas escolas tradicionais.

Na perspectiva de oferta de educação integral em tempo integral o Programa Mais Educação foi instituído como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral.

Todos os agentes envolvidos no Programa, como estudantes universitários ou agentes comunitários, recebiam, conforme orientações do FNDE, ajuda de custos para desenvolver o trabalho como voluntários, cada monitor poderia atuar em até 5 turmas por escola; em 2008, recebiam o valor de R\$ 240,00, ajustado no ano seguinte para R\$ 300,00<sup>3</sup>, correspondendo a R\$ 60,00 por turma. Os coordenadores nas escolas, contrapartida da secretaria de educação, deveriam ser preferencialmente docentes de 40 horas, para coordenar a execução das atividades, articulando com o diretor, o currículo escolar e dialogar com famílias dos alunos para garantir sua adesão, conforme descrito no documento MEC/DEIDHUC/2009.

O município de São Gonçalo foi contemplado em 2008, com o Programa Mais Educação em 7 escolas. O estudo assinala que a cada ano o atendimento das escolas contempladas com o Programa aumentava. São Gonçalo teve um aumento significativo no número de escolas contempladas com o PME de 2010 a 2016, passando de 59 escolas atendidas para 84, num total de 120 escolas (contando com a Educação Infantil), atendendo 70% das escolas do Município. Nos anos de 2014 e 2015 ocorreu o maior repasse de verbas efetuado desde a implementação do Programa, R\$ 1.967.388.853,00, atendendo a 27.626.452 (vinte e sete milhões, seiscentos e vinte e seis mil, quatrocentos e cinquenta e dois) alunos em todo o Brasil. Devemos ressaltar que não houve repasse de verbas no ano de 2015, mas sim pagamento da segunda parcela de 2014. Segundo o FNDE (2017), ainda faltava pagar em

---

3 No Novo Mais Educação os valores variam de acordo com a complementação de carga horária: I – R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por mês, por turma de acompanhamento pedagógico, para escolas urbanas que implementarem carga horária complementar de 15 (quinze) horas; II – R\$ 80,00 (oitenta reais) por mês, por turma das atividades de livre escolha da escola, para escolas urbanas que implementarem carga horária complementar de 15 (quinze) horas; III – R\$ 80,00 (oitenta reais) por mês, por turma de acompanhamento pedagógico, para escolas urbanas que implementarem carga horária complementar de 5 (cinco) horas; [...] VI – Para as escolas rurais o valor do ressarcimento por turma será 50% (cinquenta por cento) maior do que o definido para as escolas urbanas nos incisos I a III do §1º deste artigo (Resolução nº 5, de 25 de outubro de 2016/MEC/FNDE/conselho deliberativo).

torno de 40 milhões, referentes à 1ª Parcela 2016. As liberações dos créditos às Unidades Executoras Próprias ainda não tinham sido concluídas até a data desta pesquisa.

São Gonçalo é um município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, possui uma extensão territorial de 247.709 km<sup>2</sup>, noventa e um bairros<sup>4</sup> oficiais (existem ainda 18 bairros reconhecidos pela população gonçalense) distribuídos entre 5 distritos, com população estimada no ano de 2018 através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de aproximadamente 1.077.687 habitantes, considerada a segunda cidade mais populosa do estado do Rio de Janeiro. Como exposto no Manual de Educação Integral/2008, para obtenção de apoio financeiro para a execução do Programa Mais Educação se deveu, fundamentalmente, como um dos critérios, o IDEB abaixo de 2,9 (MEC/2009).

No ano de 2016, ainda sem uma análise dos reais resultados do PME, as escolas foram contempladas com o Programa Novo Mais Educação (PNME), instituído pela portaria nº 1.144, de 10 de outubro de 2016.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando que a pesquisa foi realizada em três escolas municipais que executaram o programa, optamos por apresentar dados referentes a cada uma das três escolas analisando o material recolhido. Ainda com o objetivo de apresentar as vozes da escola, apresentaremos também os dados relativos às entrevistas realizadas, cujos discursos foram analisados por meio da tematização dos mesmos.

Ao verificarmos os dados referentes ao número de alunos matriculados no programa, observamos que houve uma tendência à diminuição na quantidade de alunos inscritos no programa, conforme relatos dos coordenadores isso se dava pela dificuldade na adaptação dos espaços para atender as crianças do programa no contraturno.

Ao analisarmos as oficinas realizadas verificamos que Matemática e Letramento eram oficinas obrigatórias em todas as escolas, nas atividades extraclasse predominavam a oficina de banda e dança.

Na análise dos recursos financeiros recebidos pelas escolas A, B, e C verificamos que os recursos provenientes do ano anterior, reprogramados, se juntavam aos recursos enviados pelo FNDE do ano em vigor, acrescido do rendimento de aplicação financeira, assim acontecia sucessivamente nos anos seguintes. Tomamos como exemplo a escola C, que no ano de 2010 não utilizou o valor de R\$ 18.749,84, teve um rendimento de aplicação financeira de

4 Dados retirados do sítio do município em <http://www.saogoncalo.rj.gov.br/mapas.php>

R\$ 234,51, por isso o seu valor inicial de 2011 totaliza o valor de R\$ 18.984,35. As escolas deveriam administrar os recursos separando os valores que usariam para pagamento dos monitores durante os 10 meses de programa. Os valores recebidos eram de acordo com a quantidade de alunos inscritos no programa e as oficinas escolhidas.

#### **Colégio Municipal A: análise de documentos**

Ao analisarmos documentos de prestação de contas do programa, no Colégio Municipal A, nos três anos de execução, nos chamou atenção o investimento em materiais de papelaria e expediente, cujo investimento em 2012 foi maior do que o investimento em jogos educativos, proposta do programa. Apresentou também um investimento muito alto nessa mesma categoria no ano de 2011, o que nos levou a verificar notas fiscais no intuito de analisarmos que materiais seriam estes. Conforme análise de notas fiscais, pudemos observar que tais materiais se destinavam ao funcionamento em geral da escola.

Ao compararmos os Kits sugeridos e materiais realmente adquiridos pelo Colégio Municipal A, nos anos de 2010, 2011 e 2012, observamos que apenas três itens faziam parte diretamente dos kits sugeridos: camisas, jogos educativos e material pedagógico/jogos, mostrando claramente que não houve investimento específico nos kits que se referiam a cada oficina. Podemos supor que não houve um direcionamento específico para as atividades do programa, visto que as atividades previstas dificilmente poderiam ter sido realizadas tal como deveriam sem o material adequado.

A análise demonstrou também que a lógica da compra de materiais não relacionados aos kits sugeridos ocorrido no ano de 2010 foi atenuada no ano de 2011. Verificamos que os itens: armário, quadro branco de fórmica, materiais de papelaria, bolo, recarga de toner e cartucho para impressora não compõem a lista dos kits sugeridos pelo FNDE. Além disso, verificamos que os itens referentes à oficina de teatro não foram adquiridos.

Na análise comparativa entre kit sugerido e material adquirido ano de 2012 demonstrou aquisição de itens que não compõem os kits sugeridos, e por isso não colaborariam para que o programa atingisse seus objetivos, tais como: TV de plasma, Lona divertida, fonte de alimentação para notebook, locação de equipamento recreativo e cinema.

A análise dos materiais recolhidos nos fez perceber que durante os três anos, três oficinas se repetiam: Banda, Letramento e Matemática. Entretanto, Letramento e Matemática eram oficinas obrigatórias e a Banda era uma atividade comum da escola. Considerando que

esta escola já possuía banda escolar, não foi possível perceber a efetiva participação dos alunos do programa na banda da escola, o que sugere que os materiais adquiridos para a banda serviam para fortalecer e ampliar a banda já existente. Observamos que no decorrer dos anos algumas oficinas foram substituídas, porém não observamos compras relacionadas aos kits sugeridos para sua execução.

### **Escola Municipal B – análise de documentos**

A análise dos documentos de prestação de contas do programa da Escola Municipal B, nos três anos de execução, demonstrou que houve uso de recursos financeiros inadequado aos objetivos do programa. Esta afirmação se baseia na análise minuciosa dos documentos de prestação de contas, por meio da qual pudemos verificar uso reduzido de recursos para aquisição de itens que levariam o programa a atingir seus objetivos tais como: jogos educativos, atividades extraclasse, ou mesmo camisas para identificação dos alunos do programa, e um uso exagerado de recursos para aquisição de equipamentos, materiais de expediente e adequação de espaço, pois mesmo que estes itens pudessem ser adquiridos ou realizados na perspectiva do programa, tal como uma pequena reforma no piso da quadra onde os alunos praticariam esportes.

A análise das notas fiscais nos demonstrou que foram adquiridos equipamentos, material de expediente e realizados reparos que não estavam diretamente ligados ao programa. Podemos afirmar que houve uso de recursos em ações que deveriam ser financiadas com recursos provenientes do próprio município, oriundos da vinculação Constitucional do artigo 212 da Constituição Federal, que determina que os municípios devem utilizar nunca menos de 25% na educação em Manutenção em Desenvolvimento do Ensino.

Ao compararmos os Kits sugeridos e materiais realmente adquiridos pela Escola B, nos anos de 2010, 2011 e 2012, verificamos que no ano de 2010, houve em alguns casos o uso indevido dos recursos financeiros sendo investidos em material de expediente, papel folha A4 e recarga de cartuchos, porém demonstra que a maioria do investimento foi devida na aquisição dos kits sugeridos. Porém no ano de 2011, a situação mudou, pois, verificamos que o investimento em itens para efetivação das oficinas foi em número muito menor do que o investimento em aquisição de materiais que não se referiam às oficinas que deveriam ter sido realizadas. Entretanto, verificou-se também aquisição de materiais de manutenção das atividades escolares de forma geral, tais como, piloto para quadro branco, folhas ofícios em

grande quantidade, cartucho para impressora também em grande número, tesoura grande, dentre outros.

Entretanto percebeu-se aquisição de materiais esportivos que não deveriam ser adquiridos com recursos do programa, uma vez que a escola executava o programa Segundo Tempo que enviava tais materiais para a escola. No que se refere ao item bem permanente, a análise das notas fiscais demonstrou aquisição de bens que não se relacionavam com o programa, tais como: computador, mouse óptico, teclado, impressora, bem como tintas para duplicador e impressora.

Ao analisarmos as prestações de contas do ano de 2012, pudemos observar que o investimento nos kits de materiais sugeridos foi praticamente ignorado, pois só identificamos como materiais que poderiam ser justificados ao desenvolvimento do programa, a compra de camisas e troféus, demonstrando que houve uso indevido dos recursos enviados pelo FNDE. Houve investimento em transporte pertinente aos objetivos do Programa, mas em valor excessivo de R\$ 4.540,00, o que corresponde a 16% do valor recebido no ano de 2012 (R\$ 27.038,10). Podemos observar um valor discrepante investido em obras num total de R\$ 13.087,46, correspondendo a 48% dos recursos. Observou-se que não houve investimento na oficina de teatro.

### **Escola Municipal C – análise de documentos**

A análise documental permitiu perceber que houve alto investimento em material de papelaria/expediente nos três anos da pesquisa, bem como um investimento muito alto em atividades extraclasse no ano de 2012, cujos objetivos não ficam claros através da análise das notas fiscais. Este fato nos levou a retornar à escola no intuito de entendermos os objetivos para tamanho investimento em passeios escolares. Neste retorno, indagamos à coordenadora do programa se realmente havia necessidade de tamanho investimento para que os objetivos do programa pudessem ser atingidos. A resposta foi bastante esclarecedora, dizendo que: “nessa escola sempre passeamos muito mesmo”, o que nos levou a perceber que de fato não houve uma preocupação se o investimento estaria colaborando para que os objetivos do programa fossem atingidos, mas sim em manter uma prática rotineira da escola.

A análise comparativa entre kit sugerido e material adquirido pela escola em 2010 nos possibilitou observar que o investimento nas oficinas de Matemática e Letramento somariam R\$ 4.338,10, porém as notas fiscais demonstram que investiram apenas o valor de R\$ 250,28, o que nos levou a verificar a impossibilidade dos objetivos do programa serem atingidos. No

entanto, houve grande investimento em material de papelaria/expediente, o valor investido foi de R\$ 2.642,94, em materiais de uso geral da escola. Observamos também que houve investimento de R\$ 1.226,63 num total de R\$ 2.058,00 na oficina de pintura, demonstrando que os recursos não foram utilizados em sua totalidade.

No ano de 2011 observou-se que o investimento em material de expediente, continuou sendo alto, num total de R\$ 4.196,36, o que nos levou a análise das notas fiscais, onde constatamos que alguns desses materiais se referem a oficina de pintura, porém muitos são de uso necessários ao funcionamento da escola, como: fita metaloide, papel camurça, refil para pistola quente, tesoura escolar, cola, lápis de cor, dentre outros. Materiais estes de uso geral da escola e dos professores, que deveriam ser adquiridos com a verba do PDDE e não do PDDE/Integral. Encontramos também recarga de cartuchos que não aparece em nenhum dos kits sugeridos, assim como show circense contratado na semana da criança para todos os alunos.

A análise realizada entre materiais adquiridos e kits sugeridos, no ano de 2012, demonstrou claramente a falta de compromisso em fazer uso das verbas do programa na perspectiva de educação integral, pois não encontramos nenhum investimento na oficina campos do conhecimento, que possibilitava a compra de materiais específicos, num total de R\$ 7.923,60, assim como também não encontramos investimento nas oficinas de dança (R\$ 1.560,00) e corrida de orientação (R\$ 2.500,00). Encontramos investimento em jogos pedagógicos e material para oficina de pintura, porém parte do investimento está em desacordo com a proposta do programa, pois mesmo encontrando itens desta oficina, também encontramos nas notas fiscais, itens que não pertenciam aos kits sugeridos. Nas entrevistas, tivemos relatos de que o material que se encontrava na responsabilidade do FNDE encaminhar para as escolas, também não foi enviado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Essa pesquisa procurou investigar de que forma foram utilizados os recursos públicos, enviados do Programa Mais Educação/PDDE/Educação Integral para o município de São Gonçalo, nos anos de 2010, 2011 e 2012.

A educação de qualidade social, almejada pelos brasileiros e tão bem defendida nas conferências de educação, nos movimentos populares e nas plataformas políticas, requer coerência entre as metas estabelecidas e o financiamento destas.

Atualmente o ideário legal e normativo brasileiro no que se refere à educação, indica que ampliação da jornada escolar com vistas à educação integral do aluno é um objetivo a ser atingido nas escolas da Educação Básica. Este objetivo vem se tornando possível de ser alcançado pela existência de fontes de financiamento previstas na Constituição Federal de 1988 por meio da vinculação constitucional presente em seu artigo 212, na lei nº 9.394/96 em seu artigo 68, pelos recursos do FUNDEB e por transferências diretas feitas pelo FNDE por meio do Programa dinheiro Direto da Escola.

O Programa Mais Educação, foi uma iniciativa com vistas à educação integral dos alunos matriculados no Ensino Fundamental e Médio e financiado com recursos oriundos do FNDE, e contrapartidas dos entes federados.

Na cidade de São Gonçalo, este programa teve início em 2008, sendo executado até a presente data. A pesquisa realizada, com foco na execução financeira do programa em três escolas municipais, nos fez perceber que possivelmente o mesmo não tenha atingido plenamente seu objetivo.

Esta situação pode ser entendida por diferentes perspectivas. Uma das primeiras explicações viáveis percebidas foi o fato de que o programa foi imposto pela secretaria de educação não possibilitando à escola exercer seu direito de escolha de executá-lo ou não, o que por consequência pode ter gerado dificuldade de inseri-lo no Projeto Político Pedagógico da unidade, transformando-o não em uma experiência de educação integral, mas numa experiência apenas de ampliação da jornada escolar com atividades descontextualizadas do PPP da escola.

Outra questão importante oriunda das entrevistas realizadas se refere à inadequação do espaço de duas escolas para executar o programa, o que nos sugere que um programa que se proponha a ofertar educação integral em tempo integral torna necessário pensar espaços construídos/adaptados para este fim, tal como nos demonstraram as experiências de Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira. Em São Gonçalo, esta situação é ainda mais necessária visto o alto índice de violência, que inviabiliza o uso de equipamentos da comunidade ao entorno, conforme orientações do programa.

Quanto ao uso dos recursos financeiros, a pesquisa demonstrou que foram adquiridos materiais que não eram destinados às oficinas, ao mesmo tempo em que alguns materiais de outras oficinas não foram adquiridos. A análise das notas fiscais nos demonstrou que muitos dos materiais adquiridos eram de uso geral da escola, o que demonstra que isto pode ter sido resultado da carência em que as escolas deste município se encontravam.

Em relação à fiscalização das contas, concluímos que por não ter havido denúncia em relação ao uso das verbas, o FNDE deu por aprovada todas as contas deste município. Entretanto, esta falta de denúncia não isentava a prefeitura de conferir se o que era comprado

correspondia às oficinas realizadas e nem as escolas de cumprir suas responsabilidades com o programa. Esta falta de ação fiscalizadora da prefeitura, e atuação das escolas, gerou distorções de gastos, com aquisição de materiais não indicados para as oficinas impossibilitando que o programa atingisse todos os seus objetivos.

O que pudemos constatar é que longe de induzir uma política pública de educação integral, o programa na realidade apenas oportunizou atividades com caráter mais compensatório do que emancipatório conforme se espera da uma política de educação integral. Notoriamente, o PME foi entendido pelas escolas mais como uma fonte de recursos financeiros, do que uma política de educação integral.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010. *Dispõe sobre o Programa Mais Educação*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm)>. Acesso em: 21 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. *Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)*. Liberações de recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola/Educação Integral: Nível Brasil – Escolas Municipais e Estaduais. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <[marcia.marciocuesta@gmail.com](mailto:marcia.marciocuesta@gmail.com)>. Acesso em: 08 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabele as diretrizes e bases da educação nacional*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 21 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Diretoria de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania (DEIDHUC). *Mais Educação passo a passo*. Brasília, 2009, p.7. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passopasso\\_maiseducacao.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passopasso_maiseducacao.pdf)>. Acesso em: 05 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação (MEC). Série Mais Educação. Rede de Saberes. *Mais Educação*. 1ª edição, Brasília, 2009. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cad\\_mais\\_educacao\\_2.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cad_mais_educacao_2.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 1.144, de 10 de outubro de 2016. Institui o *Programa Novo Mais Educação*. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=49131](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=49131)>

\_\_\_\_\_. Portaria Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007. Institui o *Programa Mais Educação*. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais\\_educacao.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais_educacao.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2016